

**Centro Paroquial e Social de St<sup>a</sup>  
Marinha de Avanca**

**Anexo**

**11 de março de 2019**

## Índice

1. Identificação da Entidade .....	4
2. Referencial contabilístico .....	4
2.1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras .....	4
2.2. Indicação e justificação para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade. ....	4
2.3. Indicação e comentários das contas do balanço e demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior .....	4
3. Principais Políticas Contabilísticas .....	5
3.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras ...	7
3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):.....	10
3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	10
3.4. Acontecimentos após a data do balanço .....	10
4. Fluxos de Caixa .....	10
5. Ativos Fixos Tangíveis .....	10
6. Ativos Intangíveis.....	12
7. Investimentos Financeiros.....	13
8. Inventários.....	13
9. Clientes e Utentes.....	14
10. Outras Contas a Receber .....	14
11. Diferimentos .....	14
12. Fornecedores.....	15
13. Estado e Outros Entes Públicos .....	15
14. Outras Contas a Pagar .....	15
15. Financiamentos Obtidos.....	15
16. Fundos Patrimoniais .....	16
16.1. Subsídios do governo e outras entidades – Investimento .....	16
16.2. Doações de investimento e donativos para o investimento.....	16
17. Rédito .....	17
18. Subsídios, doações e legados à exploração .....	17

---

19.	Benefícios dos empregados.....	18
20.	Fornecimentos e serviços externos.....	18
21.	Outros rendimentos e ganhos.....	19
22.	Outros gastos e perdas.....	19
23.	Resultados Financeiros.....	20
24.	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	20
25.	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	20
26.	Outras Informações.....	20
26.1.	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros.....	20
26.2.	Acontecimentos após data de Balanço.....	20

## **1. Identificação da Entidade**

---

A “Centro Paroquial e Social de Stª Marinha de Avanca” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS.

Tem como atividade, o apoio social a crianças, idosos e desfavorecidos da sociedade através de diversas respostas sociais, tais como, creche, pré-escolar, ATL, ERPI, Centro de Dia, Apoio Domiciliário, Intervenção Comunitária, Unidade de Cuidados Continuados e uma nova ERPI.

Número de Identificação de Pessoa Coletiva: 501283315

Sede: Lugar da Igreja, 3860-133 Avanca

## **2. Referencial contabilístico**

---

A normalização contabilística para as Entidades do sector Não Lucrativo aplica-se obrigatoriamente a partir de 1 de janeiro de 2011.

### **2.1. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras**

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo do Sistema de Normalização Contabilístico (NCRF-ESNL), conforme as normas atuais previstas no Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho e Aviso nº 8259/2015.

### **2.2. Indicação e justificação para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas Demonstrações Financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.**

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC para as ESNL.

### **2.3. Indicação e comentários das contas do balanço e demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com as do exercício anterior**

As demonstrações dos resultados por valências, apresentadas pela Entidade neste exercício, não são comparáveis com as demonstrações dos resultados por valências apresentadas no exercício anterior, pelo facto da Entidade ter revisto os critérios de imputação dos gastos comuns às diversas valências.

Esta alteração permitiu obter critérios de repartição mais adequados à realidade da Entidade e, conseqüentemente, um maior rigor na apresentação dos resultados apresentados em cada uma das valências.

Das alterações efectuadas, para além da alteração da chave de repartição dos gastos comuns às diversas valências (pessoal, serviços e produtos de enfermagem), salienta-se a repartição das depreciações dos ativos fixos tangíveis, baseada numa melhor correspondência aos ativos afectos a cada valência, em particular, às valências do polo II - Unidade de Cuidados Continuados (UCC) e Estrutura Residencial para Idosos (ERPI).

### **3. Principais Políticas Contabilísticas**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio contabilístico da continuidade e do acréscimo e considerando as características qualitativas que a informação financeira deve ter, que de seguida se descrevem.

- **Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

- **Continuidade**

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

- **Compreensibilidade**

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

- **Relevância**

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

- **Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

- **Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

- **Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

- **Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

- **Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

- **Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

- **Plenitude**

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

- **Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser aplicadas de forma consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

### **3.1. Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras**

As bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem:

- **Fluxos de Caixa**

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido

- **Ativos Intangíveis**

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

- **Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” são registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual, quando este exista.

- **Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição.

Os Inventários que a Entidade detém estão mensurados ao menor do custo de aquisição ou do valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a sua alienação) e destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão diretamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa.

- **Instrumentos Financeiros**

Utentes e outras contas a Receber

Os “Utentes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas ao custo menos qualquer perda por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são registadas ao custo.

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados ao custo e evidenciados no Balanço como passivo corrente ou passivo não corrente, dependendo do seu vencimento ocorrer a menos ou mais de 1 ano, respectivamente.



O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes do contrato, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

- **Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

- **Estado e Outros Entes Públicos**

A Entidade está isenta de IRC de acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC). Assim,

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

- **Rédito**

O Rédito é proveniente das vendas e prestações de serviço decorrentes da atividade normal da Entidade e é reconhecido pelo valor da contraprestação recebida ou a receber.

A Entidade adopta o princípio do acréscimo, sendo os réditos e os gastos reconhecidos quando os mesmos são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- **Outras políticas contabilísticas**

Em 2018, e de acordo com o procedimento adoptado pela Entidade nos exercícios anteriores, não são valorizados os gastos com o trabalho gratuito, prestado por voluntários e órgãos sociais em prol da Entidade, pelo que as demonstrações financeiras apresentadas não refletem o valor dos mesmos.

### **3.2. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):**

Não se conhece qualquer risco materialmente relevante que possa provocar ajustamento nas quantias escrituradas de ativos e passivos.

### **3.3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:**

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

As alterações ocorridas no exercício relacionam-se com os critérios de imputação dos gastos comuns referidos na nota 2.3.

### **3.4. Acontecimentos após a data do balanço**

Não são conhecidos acontecimentos relevantes ocorridos após a data do balanço.

## **4. Fluxos de Caixa**

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão totalmente disponíveis para uso na presente data.

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

<b>Caixa e Depósitos Bancários</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Caixa	3.530,38	4.338,01
Depósitos à ordem	140.075,19	148.585,80
<b>Total</b>	<b>143.605,57</b>	<b>152.923,81</b>

## **5. Ativos Fixos Tangíveis**

### Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Fixos Tangíveis	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	61.943,08					61.943,08
Edifícios e outras construções	5.948.861,08					5.948.861,08
Equipamento básico	575.163,02	1.722,00				576.885,02
Equipamento de transporte	157.289,99	58.453,51	22.600,13			193.143,37
Equipamento administrativo	112.238,13	3.102,18				115.340,31
Outros Ativos fixos tangíveis	203.083,05	11.879,47				214.962,52
<b>Total</b>	<b>7.058.578,35</b>	<b>75.157,16</b>	<b>22.600,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.111.135,38</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.360.223,09	225.867,06				1.586.090,15
Equipamento básico	406.574,14	49.531,76				456.105,90
Equipamento de transporte	146.718,14	10.800,94	22.600,13			134.918,95
Equipamento administrativo	58.666,24	4.595,45				63.261,69
Outros Ativos fixos tangíveis	153.352,70	7.396,99				160.749,69
<b>Total</b>	<b>2.125.534,31</b>	<b>298.192,20</b>	<b>22.600,13</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.401.126,38</b>

Ativos Fixos Tangíveis	2018			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	61.943,08			61.943,08
Edifícios e outras construções	4.588.637,99		225.867,06	4.362.770,93
Equipamento básico	168.588,88	1.722,00	49.531,76	120.779,12
Equipamento de transporte	10.571,85	58.453,51	10.800,94	58.224,42
Equipamento administrativo	53.571,89	3.102,18	4.595,45	52.078,62
Outros Ativos fixos tangíveis	49.730,35	11.879,47	7.396,99	54.212,83
<b>Total</b>	<b>4.933.044,04</b>	<b>75.157,16</b>	<b>298.192,20</b>	<b>4.710.009,00</b>

Ativos Fixos Tangíveis	2017					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transf.	Reval.	
<b>Custo</b>						
Terrenos e recursos naturais	61.943,08					61.943,08
Edifícios e outras construções	5.948.861,08					5.948.861,08
Equipamento básico	574.395,50	767,52				575.163,02
Equipamento de transporte	143.194,19	14.095,80				157.289,99
Equipamento administrativo	110.459,85	1.778,28				112.238,13
Outros Ativos fixos tangíveis	162.978,73	40.104,32				203.083,05
<b>Total</b>	<b>7.001.832,43</b>	<b>56.745,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7.058.578,35</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.134.356,03	225.867,06				1.360.223,09
Equipamento básico	356.038,11	50.536,03				406.574,14
Equipamento de transporte	143.194,19	3.523,95				146.718,14
Equipamento administrativo	57.055,46	1.610,78				58.666,24
Outros Ativos fixos tangíveis	148.935,99	4.416,71				153.352,70
<b>Total</b>	<b>1.839.579,78</b>	<b>285.954,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2.125.534,31</b>

Ativos Fixos Tangíveis	2017			Saldo final
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	
<b>Custo</b>				
Terrenos e recursos naturais	61.943,08			61.943,08
Edifícios e outras construções	5.948.861,08		225.867,06	5.722.994,02
Equipamento básico	574.395,50	767,52	50.536,03	524.626,99
Equipamento de transporte	143.194,19	14.095,80	3.523,95	153.766,04
Equipamento administrativo	110.459,85	1.778,28	1.610,78	110.627,35
Outros Ativos fixos tangíveis	162.978,73	40.104,32	4.416,71	198.666,34
<b>Total</b>	<b>7.001.832,43</b>	<b>56.745,92</b>	<b>285.954,53</b>	<b>6.772.623,82</b>

## 6. Ativos Intangíveis

Ativos Intangíveis são apresentados de acordo com o seguinte quadro:

Ativos Intangíveis	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	8.739,22					8.739,22
<b>Total</b>	<b>8.739,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.739,22</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	4.577,92	2.080,34				6.658,26
<b>Total</b>	<b>4.577,92</b>	<b>2.080,34</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>6.658,26</b>

Ativos Intangíveis	2018			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Programas de Computador	4.161,30		2.080,34	2.080,96
<b>Total</b>	<b>4.161,30</b>	<b>0,00</b>	<b>2.080,34</b>	<b>2.080,96</b>

Ativos Intangíveis	2017					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
<b>Custo</b>						
Programas de Computador	0,00	8.739,22				8.739,22
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>8.739,22</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>8.739,22</b>
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Programas de Computador	0,00	4.577,92				4.577,92
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>4.577,92</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.577,92</b>

Ativos Intangíveis	2017			
	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
<b>Perdas por Imparidade Acumuladas</b>				
Programas de Computador	0,00	8.739,22	4.577,92	4.161,30
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>8.739,22</b>	<b>4.577,92</b>	<b>4.161,30</b>

## 7. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Investimentos Financeiros	2018	2017
Outros investimentos financeiros - FCT	12.683,37	1.935,74
<b>Total</b>	<b>12.683,37</b>	<b>1.935,74</b>

A instituição regularizou a inscrição dos colaboradores no Fundo de Compensação do Trabalho.

## 8. Inventários

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Inventários	2018	2017
Mercadorias	8,00	0,00
Matérias-primas / Produtos acabados	8.228,14	9.627,18
<b>Total</b>	<b>8.236,14</b>	<b>9.627,18</b>

Matérias-primas	2017				2018		
	Inventário inicial	Compras	Reclass. e Reg.	Inventário final	Compras	Reclass. e Reg.	Inventário final
MP - Géneros Alimentares	2.704,07	148.456,82	-291,05	0,00	187.539,25	-217,68	0,00
MP - Produtos de Enfermagem	0,00	41.067,33	-63,01	9.627,18	52.196,48	-1.168,61	8.228,14
<b>Total</b>	<b>2.704,07</b>	<b>189.524,15</b>	<b>-354,06</b>	<b>9.627,18</b>	<b>239.735,73</b>	<b>-1.386,29</b>	<b>8.228,14</b>

CEVMC 182.246,98

CEVMC 239.748,48

Em 2018 o CEVMC inclui consumo de produtos alimentares no montante de 187.321,57 euros e material clínico de 52.426,91 euros. Está incluído no custo da alimentação 37.841,45 euros que corresponde a donativos em espécie – géneros alimentares, cuja contrapartida se encontra registada na rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”.

## 9. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Clientes e Utentes	2018	2017
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Utentes	33.792,01	27.686,93
<b>Total</b>	<b>33.792,01</b>	<b>27.686,93</b>

## 10. Outras Contas a Receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a seguinte decomposição:

Outras Contas a Receber	2018	2017
<b>Devedores e credores por acréscimos (periodização económica)</b>	<b>108.567,18</b>	<b>91.127,46</b>
Acrescimentos rendimentos - UCCI	49.391,96	52.499,92
Acrescimentos de subsídios a atribuir pela SS	16.355,61	14.900,34
Acrescimentos de subsídios a atribuir pela ARS	25.679,18	23.727,20
Consignação 1,5% IVA + consignação IRS	14.178,48	0,00
Outros	2.961,95	0,00
<b>Despesas Pagas a Utentes</b>	<b>2.476,81</b>	<b>0,00</b>
<b>Outros devedores e credores</b>	<b>11.461,32</b>	<b>13.207,33</b>
<b>Total</b>	<b>122.505,31</b>	<b>104.334,79</b>

## 11. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Diferimentos	2018	2017
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Seguros	7.323,87	5.590,77
<b>Total</b>	<b>7.323,87</b>	<b>5.590,77</b>

## 12. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores	2018	2017
Fornecedores c/c	60.787,61	56.071,46
<b>Total</b>	<b>60.787,61</b>	<b>56.071,46</b>

## 13. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Estado e outros Entes Públicos	2018	2017
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9.457,57	9.675,47
Contrib. Seg. Social – Compensação de Créditos	2.897,72	0,00
<b>Total</b>	<b>12.355,29</b>	<b>9.675,47</b>
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rend. das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Retenção na Fonte (IRS)	8.937,34	7.014,17
Segurança Social	48.543,60	52.546,78
Outros Impostos e Taxas	1.061,09	842,50
FCT/FGCT*	12.851,67	0,00
<b>Total</b>	<b>71.393,70</b>	<b>60.403,45</b>

## 14. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Outras contas a pagar	2018	2017
Pessoal	390,54	46.342,78
Fornecedores de investimentos	159.447,49	277.677,04
<b>Gastos a reconhecer</b>	<b>240.839,00</b>	<b>211.721,45</b>
Remunerações a liquidar	232.012,38	206.358,84
Electricidade/ Água/ Comunicações	3.877,62	5.362,61
Outros	4.949,00	0,00
<b>Total</b>	<b>400.677,03</b>	<b>535.741,27</b>

## 15. Financiamentos Obtidos

O detalhe dos financiamentos encontram-se no quadro abaixo, não estando previsto qualquer vencimento de juros, nem nenhuma calendarização para a sua amortização, pelo que se encontram escriturados no curto prazo.

Financiamentos obtidos	2018	2017
Sr. Padre José Henriques	350.715,99	350.715,99
Fábrica da Igreja	707.097,15	757.097,15
Outros	15.653,32	11.929,42
<b>Total</b>	<b>1.073.466,46</b>	<b>1.119.742,56</b>

## 16. Fundos Patrimoniais

Movimentação da rubrica fundos patrimoniais durante o exercício:

Variação dos Fundos Patrimoniais				
Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos	705.450,01	0,00	0,00	705.450,01
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	337.144,82	12.310,47	0,00	349.455,29
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	2.422.116,99	215.286,16	135.718,19	2.501.684,96
<b>Total</b>	<b>3.464.711,82</b>	<b>227.596,63</b>	<b>135.718,19</b>	<b>3.556.590,26</b>

Em 2018 ocorreram os seguintes aumentos na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais"

Outras variações nos fundos patrimoniais	
Subsídio ao Investimento atribuído pelo Município de Estarreja	
Recebido em 2018 - obras	94.561,53
Recebido em 2018 - carrinha	13.909,63
A receber em 2019/2020 conforme protocolo - obras	100.000,00
Doação de viaturas de particulares	6.815,00
<b>Total</b>	<b>215.286,16</b>

A diminuição da rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" está relacionada com o input à rubrica de "Outros rendimentos e ganhos - subsídios e doações ao investimento", e são apresentados seguidamente:

### 16.1. Subsídios do governo e outras entidades – Investimento

Os subsídios recebidos ou a receber para o investimento concluído em 2014 pela Instituição estão apresentados no quadro seguinte. O montante imputado a resultados do exercício encontra-se registado em "Outros rendimentos e ganhos" conforme nota 21.

Subsídios ao investimento	Valor Atribuído	Total Investimento	% do Investimento Subsidiado	Valor imputado em 2018	Fundos Patrimoniais Saldo 31/12/2018
<b>Investimento na UCC e novo Lar</b>					
Administração Regional de Saúde	750.000,00	4.285.988,61	41,84%	25.000,00	643.775,00
POPH - Lar Egas Moniz	615.589,91			20.519,66	528.401,87
Governo Civil de Aveiro	1.500,00			50,00	1.287,55
Mun. Estarreja / Junta Freg. Avanca - UCC / Lar	426.253,84			36.952,66	408.785,70
<b>Município de Estarreja - Obras 2001</b>	<b>8.728,96</b>	<b>618.293,91</b>	<b>1,41%</b>	<b>436,45</b>	<b>4.277,29</b>
<b>Município de Estarreja - Carrinhas</b>	<b>13.909,63</b>	<b>51.638,51</b>	<b>26,94%</b>	<b>1.986,30</b>	<b>11.923,33</b>
<b>Total</b>	<b>1.815.982,34</b>			<b>84.945,07</b>	<b>1.598.450,74</b>

### 16.2. Doações de investimento e donativos para o investimento

As doações ao investimento e os donativos do povo para os investimentos são apresentados no quadro seguinte. O valor imputado a resultados no exercício encontra-se registado em "Outros rendimentos e ganhos" conforme nota 21.



Doações e donativos para investimentos	31/12/2017	Aumentos no exercício	Valor imputado a resultados em 2018	31/12/2018
Doações	178.631,59	6.815,00	6.953,63	178.492,96
Donativos diversos do povo	768.560,74		43.819,48	724.741,26
<b>Total</b>	<b>947.192,33</b>	<b>6.815,00</b>	<b>50.773,11</b>	<b>903.234,22</b>

A taxa de imputação dos subsídios e donativos do povo para os investimentos corresponde em média a 3,33% - taxa de amortização dos ativos que financiam.

## 17. Rédito

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes prestação de serviços:

Rédito	2018	2017
Prestação de serviços	1.418.904,51	1.436.641,55
<b>Total</b>	<b>1.418.904,51</b>	<b>1.436.641,55</b>

Prestações de Serviços	2018	2017
<b>Polo I</b>		
Creche	23.048,00	18.029,50
Pré-Escolar	20.268,00	18.196,50
ATL	18.114,50	21.466,30
ERPI/ Lar Sede	303.609,30	295.917,46
Centro de Dia	44.869,20	50.286,70
SAD	52.557,00	53.914,50
<b>Polo II</b>		
Unidade de Cuidados Continuados	137.053,08	141.807,13
UCC - Participação Seg. Social	187.500,13	205.253,59
UCC - Comp. Adm. Reg. Saúde Centro	300.257,16	315.531,64
ERPI/ Lar Dr. Egas Moniz	331.628,14	316.238,23
<b>Total</b>	<b>1.418.904,51</b>	<b>1.436.641,55</b>

Frequência média	2018
<b>Polo I</b>	
Creche	26
Pré-escolar	40
ATL	45
ERPI/ Lar Sede	40
Centro de dia	30
SAD	30
<b>Polo II</b>	
UCC	28
ERPI/ Lar Dr. Egas Moniz	30

## 18. Subsídios, doações e legados à exploração

### Subsídios do Governo e apoios do Governo á exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2018 e 2017, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

<b>Subsídios à exploração</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
<b>ISS, IP - Centro Distrital</b>	<b>736 727,78</b>	<b>719303,7</b>
Polo I		
Infância e juventude	188 815,24	180121,43
Lar	216 869,78	203873,45
Centro de dia	26 657,37	26570,4
Apoio Domiciliário	132 470,83	129999
Intervenção Comunitária	31 007,40	30339,96
Programa POAPMC	1 049,76	57,14
Polo II		
ERPI	139 857,40	148342,32
<b>Autarquias</b>	<b>5 520,00</b>	<b>1 654,00</b>
<b>Instituto de Emprego e Formação Profissional</b>	<b>67 950,52</b>	<b>72 370,27</b>
Programa Escolhas	59 515,72	45407,39
Outras	8 434,80	26962,88
<b>Outras entidades (ASE)</b>	<b>171,42</b>	<b>0,00</b>
<b>Total</b>	<b>810 369,72</b>	<b>793 327,97</b>

## 19. Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2018 e 2017, foi 8.

Os órgãos diretivos não usufruem de remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2017 foi de "126" e em 31/12/2018 foi de "127".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

<b>Benefícios dos empregados</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Remunerações ao pessoal	1.295.578,10	1.240.399,06
Indemnizações	0,00	33.943,48
Encargos sobre as Remunerações	277.837,57	280.367,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17.801,83	11.538,56
Outros Gastos com o Pessoal (FCT, Formação)	4.212,98	2 024,24
<b>Total</b>	<b>1.595.430,48</b>	<b>1.568.272,90</b>

## 20. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, foi a seguinte:

<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Subcontratos	3.129,58	4.884,28
Serviços especializados	147.162,41	141.530,43
Materiais	147.787,46	160.022,37
Energia e fluidos	90.863,51	102.871,67
Deslocações, estadas e transportes	4.397,67	5.457,46
Serviços diversos	21.786,15	17.436,81
<b>Total</b>	<b>415.126,78</b>	<b>432.203,02</b>

## 21. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros rendimentos e ganhos</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Rendimentos suplementares	3.938	2.494
Descontos de pronto pagamento obtidos	310,31	531,98
Outros rendimentos	315.745,78	261.861,79
Correções relativa a anos anteriores	365,82	0,00
Imputação de subsídios para investimento	84.945,08	62.895,91
Imputação doações para investimento	50.773,11	100.921,04
Indemnização para sinistros	579,10	0,00
Donativos	148.376,82	86.409,81
Consignação IRS/Benf15%IVA	28.005,30	11.552,89
Outros	2.700,55	82,14
<b>Total</b>	<b>319.994,37</b>	<b>264.888,01</b>

A instituição regularizou a situação dos colaboradores que não se encontravam registados no Fundo Compensação do Trabalho (nota 13).

Na rubrica de donativos em 2018 apresenta o seguinte desdobramento:

- Donativos em espécie: 52.939,18 euros
- Donativos correntes: 95.437,64 euros

## 22. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Impostos	3.119,02	3.545,58
Correções relativas a anos anteriores	2.217,35	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Bolsas de estudo	0,00	500,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	0,00
Gastos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	2.142,02	5.063,09
<b>Total</b>	<b>7.478,39</b>	<b>9.108,67</b>

## 23. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Resultados financeiros	2018	2017
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	1.515,47	183,04
<b>Total</b>	<b>1.515,47</b>	<b>183,04</b>

## 24. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Nada a considerar.

## 25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2018, foram 2.767,50 euros.

## 26. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 26.1. Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

Encontra-se registado no ativo nesta rubrica o valor de 100.000 euros relativo ao subsídio protocolado entre a instituição e o Município de Estarreja para as obras da ERPI e da UCC, cujo recebimento só irá ocorrer em 2019 e 2020.

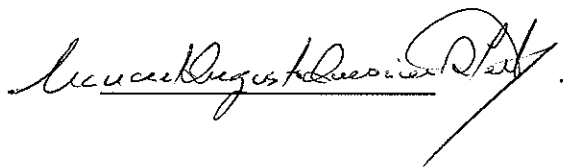
### 26.2. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2018.

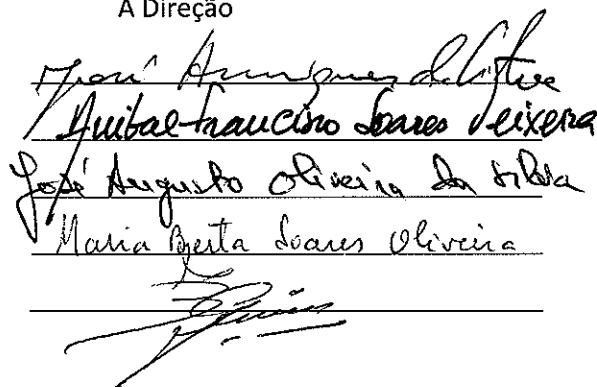
Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Avanca, 11 de março de 2019

O Contabilista Certificado

  
\_\_\_\_\_  
Luca Augusto Soares de Sá

A Direção

  
\_\_\_\_\_  
José Augusto Oliveira da Silva  
Maria Berta Soares Oliveira  
\_\_\_\_\_  
